

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.463 - RS (2017/0028249-8)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**EMBARGANTE** : SUSANA MORAIS DA SILVA  
**ADVOGADOS** : ITAMAR ANTONIO MORETTI BASSO - RS031921  
ALVARO BERNARDI PES E OUTRO(S) - RS061243  
**EMBARGADO** : ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S/A  
**ADVOGADOS** : ADRIANA CRISTINA BERTOLETTI BARBOSA FRANCO -  
SP250923  
DANIEL DE PINHO ARGOU E OUTRO(S) - RS084912  
FÁBIO KORENBLUM - RS092135A

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICES OFICIAIS. INEXISTENTE OMISSÃO NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por SUSANA MORAIS DA SILVA contra a decisão deste relator que deu parcial provimento ao seu recurso especial. Disse omissa a decisão acerca do índice de correção monetária que deverá incidir sobre a indenização pelos danos morais, não definido na decisão embargada. Pediu o acolhimento.

É o relatório.

Passo a decidir.

Não há falar em omissão a ser reparada na via dos aclaratórios.

A sentença e o acórdão recorrido não trataram da correção monetária, pois julgaram improcedente o pedido condenatório.

Julgado procedente o pedido por este relator, é suficiente o reconhecimento da incidência de correção monetária por índices oficiais, sendo que a parte estará a cumprir a decisão utilizando algum dos referidos

índices.

A definição de tal ou qual índice a medir a inflação a ser utilizado não é questão federal e, aliás, sequer fora objeto de devolução no especial. Descabe a esta Corte Superior eleger um dentre os vários índices existentes, senão que a correção monetária deverá ser feita por um deles e não por critérios que não refletem a inflação.

Em sede de cumprimento de sentença, a credora apresentará planilha a atualizar os valores com os índices oficiais que são ordinariamente fixados pela instância de origem em sede de condenações judiciais.

**Ante o exposto, não há omissão a ser afastada, razão por que rejeito os embargos de declaração.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**